



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Instrução de Serviço 16/2015

Dispõe sobre o período de duração do estágio probatório, a avaliação final, a concessão da estabilidade e dá outras providências.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o inciso X, do artigo 17, do Regimento Geral do IFSul,

Considerando:

O Parecer n.º AGU/MC-01/2004, publicado no Diário Oficial da União de 16/07/2004, que uniformiza o entendimento a respeito do estágio probatório e da aquisição de estabilidade do servidor público, estabelecendo o período de três anos para aquisição da estabilidade, devendo esse período ser idêntico à duração do estágio probatório;

O PARECER/MP/CONJUR/RA/N.º 1073-2.6/2004, emitido pela Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir do qual firmou-se o entendimento de que o estágio probatório e o período para aquisição da estabilidade são de três anos;

A jurisprudência consolidada no STF, que interpretou que “[...] a E.C. 19/1998, que alterou o art. 41 da C.F., elevou para três anos o prazo para a aquisição da estabilidade no serviço público e, por interpretação lógica, o prazo do estágio probatório” (STA 263-AgR, Rel. Min. Presidente Gilmar Mendes, julgamento em 4.2.2010, Plenário, DJE de 26.2.2010),

Art. 1º Fixar em 3 (três) anos o período de duração do estágio, contados a partir da data de efetivo exercício do (a) servidor(a) em seu cargo;

Parágrafo Único. No caso de servidor (a) redistribuído que se encontrem em estágio probatório, considerar-se-á a data de efetivo exercício no cargo em sua instituição de origem.

Art. 2º Durante o período do estágio probatório os (as) servidores (as) deverão ser submetidos (as) a 5 avaliações, realizadas a cada 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de seu efetivo exercício no cargo;

§ 1º A quinta avaliação será considerada como avaliação final e deverá considerar todo o período transcorrido entre o início do efetivo exercício no cargo e a data de realização da avaliação;

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se a todos (as) servidores (as), que até a data de publicação desta portaria, não integralizaram 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo e não foram submetidos (as) à avaliação final no modelo atualmente praticado.

Art. 3º Ficam convalidadas as avaliações dos (as) servidores(as) que não integralizaram 3 (três) anos de efetivo exercício, mas foram submetidos à quarta avaliação, considerada como avaliação final pelo modelo praticado até a data de expedição desta Portaria;

Parágrafo Único. A concessão da estabilidade só se efetivará quando o (a) servidor (a) integralizar 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 4º Compete à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas promover as adequações necessárias do processo de avaliação de estágio probatório ao disposto nesta portaria.

Art. 5º Esta instrução de serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Pelotas, 22 de julho de 2015



Marcos André Betemps Vaz da Silva
Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.
Reitor em exercício